

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é classificada como:

- (A) promulgada, quanto à origem, e sintética, quanto à extensão.
- (B) dogmática, quanto ao modo de elaboração, e eclética, quanto à dogmática.
- (C) escrita, quanto à forma, e semântica, quanto à correspondência com a realidade.
- (D) rígida, quanto à alterabilidade, e heterônoma, quanto à origem de sua decretação.

02. Analise as seguintes afirmações acerca das disposições constitucionais sobre a administração pública.

I. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, em todas as hipóteses.

III. É vedada a vinculação e equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

IV. As funções de confiança e os cargos em comissão devem ser preenchidos obrigatoriamente por servidores de carreira, e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

03. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da repartição constitucional de competências, é correto afirmar que:

- (A) é INCONSTITUCIONAL lei estadual que prevê prioridade na tramitação para processos envolvendo mulher vítima de violência doméstica, pois a fixação de prioridades na tramitação dos processos judiciais é matéria de Direito Processual, cuja competência é privativa da União.
- (B) é INCONSTITUCIONAL lei estadual que determine que as empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal devam fazer adaptações em seus veículos, a fim de facilitar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência física ou com dificuldade de locomoção, pois a competência para legislar sobre trânsito e transporte é da União.
- (C) é CONSTITUCIONAL lei estadual que determinou às empresas telefônicas que criem e mantenham um cadastro de assinantes interessados em receber ofertas de produtos e serviços, que deve ser disponibilizado para as empresas de telemarketing, pois a competência para legislar sobre direito do consumidor é concorrente.
- (D) é CONSTITUCIONAL lei estadual que determina que o município forneça água potável gratuitamente à sua população, por meio de caminhão pipa, todas as vezes que haja a interrupção do fornecimento normal.

04. Sobre as hipóteses de intervenção estatal, assinale a alternativa correta.

- (A) A invasão de um Estado-membro por outro, em face de sua gravidade, não caracteriza hipótese de intervenção federal, mas sim de decretação de estado de sítio.
- (B) Em caso de descumprimento deliberado de decisão judicial pela administração pública de um Estado, o Procurador-Geral da República deverá ingressar com pedido de intervenção estatal.
- (C) Se o município de Fortaleza deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada, tal situação pode ensejar a decretação de intervenção da União no município.
- (D) O Presidente da República pode decretar intervenção federal em Estado onde esteja em curso processo que vise à sua separação da Federação brasileira, com fundamento na indissolubilidade do pacto federativo.

05. Acerca do regramento constitucional sobre medidas provisórias, é correto afirmar, de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, que:

- (A) se é proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade contra uma medida provisória e, antes de a ação ser julgada, esta é convertida em lei com o mesmo texto que foi atacado, a ação perderá o objeto, pois se trata de nova espécie normativa.
- (B) a apresentação de emendas à medida provisória por membro do Congresso Nacional é possível sem restrições, posto que a conversão desta em lei dá uma nova oportunidade a que sejam discutidas de forma ampla as matérias a serem reguladas na lei vindoura.
- (C) se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando, desde que a deliberação trate de matéria que possa ser regulada por medida provisória.
- (D) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria de direito penal, processual penal e processual civil, bem como não se pode editar medida provisória que implique em instituição e majoração de impostos em qualquer hipótese.

06. Acerca do poder constituinte originário, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que o poder constituinte originário seja inicial, autônomo e ilimitado juridicamente, pode-se dizer que encontra limitação na necessidade de observância e respeito aos direitos fundamentais já conquistados na sociedade que busca reger, sobre os quais haja um consenso profundo.
- (B) Uma das limitações ao poder constituinte originário é a impossibilidade de se desconstituir direito adquirido durante a égide da constituição anterior.
- (C) As normas declaradas inconstitucionais diante de constituição anterior reprimam na vigência de uma nova constituição, tornando-se automaticamente constitucionais.
- (D) O poder constituinte originário é esgotado quando se edita uma nova constituição.

07. No que se refere aos princípios e aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) São fundamentos da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza.
- (B) São princípios que regem as relações internacionais do Brasil, dentre outros, a soberania e a dignidade da pessoa humana.
- (C) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (D) Tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados pela maioria absoluta do Congresso Nacional são equivalentes às emendas constitucionais, integrando o chamado bloco constitucional brasileiro.

08. A Constituição Federal estabeleceu uma série de imunidades e impedimentos aos deputados e senadores da República, com o ensejo de proteger e garantir a autonomia funcional no exercício dos cargos eletivos do poder legislativo. Trata-se de prerrogativas do cargo, não do parlamentar, que poderá por isso vê-las afastada na hipótese de atos abusivos ou exercida fora das atribuições de seu cargo.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) Deputado Estadual que, ao defender a privatização de banco estadual, presta declarações falsas sobre o montante das dívidas dessa instituição financeira, comete o delito previsto no art. 3º da Lei nº 7.492/86 (divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira), não estando acobertado pela imunidade material nesse caso.
- (B) os Deputados e Senadores, desde o primeiro dia da legislatura em que foram eleitos, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) se o parlamentar for condenado por sentença transitada em julgado a pena de mais de 120 dias em regime fechado, perderá automaticamente o mandato por consequência lógica.
- (D) a perda do mandato de Deputado Federal por falta de decoro parlamentar será decidida pela maioria absoluta dos respectivos membros, mediante provocação de qualquer cidadão em pleno gozo dos direitos políticos, assegurada a ampla defesa.

09. A Constituição Federal estabelece, dentre as atribuições do Presidente da República, algumas hipóteses em que este pode delegá-las aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

Dentre essas hipóteses, **NÃO** se inclui:

- (A) dispor, mediante decreto, sobre a extinção de cargos públicos vagos.
- (B) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- (C) prover cargos públicos federais, na forma da lei.
- (D) conferir condecorações e distinções honoríficas.

10. Sobre a eficácia subjetiva das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) as decisões tomadas em controle concentrado vinculam todos os poderes da administração: executivo, legislativo e judiciário.
- (B) muito embora as decisões do Tribunal Pleno do STF vinculem o poder judiciário, o próprio STF não é vinculado, a fim de evitar o fenômeno da fossilização da constituição, inclusive em julgamentos futuros a serem efetuados monocraticamente pelos Ministros ou pelas Turmas do STF.
- (C) se o poder legislativo aprovar uma emenda constitucional que contrarie expressamente uma decisão tomada pelo STF em controle concentrado, essa emenda nascerá com presunção relativa de inconstitucionalidade.
- (D) para que uma lei, aprovada em contrariedade ao entendimento esposado pelo Supremo, ser considerada válida, o legislativo deverá comprovar que as premissas fáticas e jurídicas sobre as quais se fundou a decisão do STF no passado não mais subsistem. Nesse caso, o Poder Legislativo promoverá verdadeira hipótese de mutação constitucional pela via legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. São fontes do Direito Administrativo, **EXCETO**:

- (A) Resoluções expedidas pelo Procurador-Geral do Município.
- (B) Súmulas do Supremo Tribunal Federal relativas à competência municipal.
- (C) Costumes adotados pela Administração Pública municipal.
- (D) Contrato de concessão dos serviços públicos municipais de saneamento básico.

12. Configura-se como prerrogativa dos atos administrativos:

- (A) imperatividade, que consiste na adoção de meios diretos e indiretos de coerção pela Administração Pública, independentemente de ordem judicial.
- (B) tipicidade, que equivale à prévia definição em lei das situações de fato que ensejariam a atuação da Administração Pública.
- (C) presunção de legitimidade, que implica a inversão do ônus da prova quanto à legalidade do ato, podendo ser afastada mediante prova inequívoca somente em processo judicial.
- (D) autoexecutoriedade, que corresponde à execução imediata e direta dos atos administrativos pela própria Administração Pública, mas cabível somente nos casos autorizados em lei ou em situações emergenciais.

13. A possibilidade de a Secretaria de Saúde municipal determinar a cassação de licença concedida a frigorífico corresponde ao exercício do poder:

- (A) hierárquico.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) de regulação.

14. Assinale a alternativa correta a respeito da organização da Administração Pública.

- (A) A descentralização da Administração Pública municipal, como ocorre com as Secretarias Executivas Regionais, corresponde à criação de órgãos com competência para expedirem atos normativos secundários.
- (B) A Administração Pública Indireta compreende as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, submetidas ao controle hierárquico da Administração Pública Direta.
- (C) As sociedades de economia mista diferenciam-se das empresas públicas, entre outros critérios, em razão da atividade exercida, pois estas prestam serviços públicos enquanto aquelas desempenham atividades econômicas.
- (D) Os consórcios públicos, para realização de objetivos de interesse comum, são entidades da Administração Pública Indireta, podendo constituir-se como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

15. É hipótese de dispensa de licitação:

- (A) a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (B) a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo normas da legislação específica.
- (C) a contratação de serviços advocatícios, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (D) a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

16. O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração a prerrogativa de modificá-los unilateralmente, quando necessária:

- (A) a substituição da garantia de execução.
- (B) a modificação do regime de execução da obra ou serviço.
- (C) a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (D) a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes.

17. Marque a alternativa correta em matéria de desapropriação no Direito brasileiro.

- (A) A desapropriação por interesse social somente é devida para fins de reforma agrária, em imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
- (B) Embora vedada a apropriação de imóveis pela Administração Pública antes de concluído o processo de desapropriação, denomina-se desapropriação indireta a transferência de bens sem a observância dos procedimentos legais.
- (C) A indenização prévia, justa e em dinheiro deverá incluir os juros moratórios cumulados com juros compensatórios, além da correção monetária e honorários advocatícios, incidentes sobre a diferença entre o valor fixado na sentença e o ofertado em juízo.
- (D) A desapropriação-sanção ensejará o pagamento em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.

18. No que concerne à responsabilidade civil do Estado, analise as assertivas abaixo.

- (A) A responsabilidade objetiva do Estado brasileiro baseia-se na teoria do risco integral, bastando que o lesado prove que sofreu um dano para que ocorra o surgimento da obrigação de indenizar.
- (B) A responsabilidade objetiva do Estado autoriza a indenização somente em virtude de danos materiais, de lucros cessantes ou danos emergentes cumulados com danos materiais, ou de danos morais cumulados com danos materiais.
- (C) São hipóteses de exclusão da responsabilidade objetiva do Estado o caso fortuito e força maior, a culpa exclusiva da vítima, a culpa concorrente e o ato exclusivo de terceiros, salvo nos casos de responsabilidade por omissão.
- (D) A regra adotada no Brasil é a da irresponsabilidade do Estado por decisões judiciais, salvo nos casos de erro judiciário ou de prisão além do prazo, em prejuízo da responsabilidade subjetiva do juiz pelo excesso ou desvio de função.

19. Em relação aos bens públicos municipais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, assinale a alternativa correta.

- (A) A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações resultantes de obras públicas e de áreas resultantes de modificação de alinhamento, quer sejam aproveitáveis ou não, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação.
- (B) São bens públicos municipais de uso comum do povo as estradas municipais, as ruas, as praças, os aterros e os logradouros públicos, e de uso especial os edifícios das repartições públicas e os terrenos destinados ao serviço público.
- (C) Deverá ser feita, ao final do mandato do Prefeito, a conferência da escrituração patrimonial com bens existentes e, no plano plurianual, será incluído o inventário de todos os bens móveis e imóveis do Município, compreendendo os últimos aqueles de uso especial e os dominiais.
- (D) Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão e autorização conforme o caso e o interesse público ou social o exigir, devidamente justificado, cuja contratação dependerá de prévia autorização legislativa e licitação, na modalidade de concorrência.

20. Em relação ao regime jurídico dos Procuradores do Município de Fortaleza, nos termos da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos da classe inicial da carreira de Procurador do Município serão providos por concurso público específico de provas ou de provas e títulos, realizados pela Procuradoria-Geral do Município, podendo a ele concorrer somente bacharéis em direito, de reputação ilibada, comprovando ter pelo menos 2 (dois) anos de prática forense, e estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.
- (B) O Procurador do Município deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de sua nomeação no Diário Oficial do Município, prorrogável, por igual tempo, a critério do Procurador-Geral, salvo no caso de candidato não inscrito na OAB, por impedimento legal, hipótese em que o prazo para tomar posse será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual tempo.
- (C) As promoções na carreira de Procurador do Município atenderão aos critérios de merecimento e antiguidade, somente podendo concorrer o Procurador do Município em efetivo exercício na Procuradoria-Geral do Município e que tenha permanecido pelo interstício de 02 (dois) anos no respectivo nível da carreira.
- (D) O Procurador do Município, no exercício de suas funções, goza de independência e das prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, inclusive imunidade funcional quanto às opiniões de natureza técnico-científicas emitidas em parecer, petição ou qualquer arrazoado produzido em processo administrativo ou judicial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Assinale a alternativa que se enquadra no conceito de tributo.

- (A) O pagamento com cheque do imposto de importação instituído mediante decreto do chefe do Poder Executivo Federal.
- (B) O pagamento da contribuição de iluminação pública mediante dação de um terreno localizado em outro município.
- (C) O pagamento, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, da taxa de limpeza urbana, devidamente instituída por lei municipal.
- (D) O pagamento da obrigação tributária pelo descumprimento do dever de realizar a declaração anual do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

22. O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza):

- (A) será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores.
- (B) poderá ser seletivo, em função da essencialidade dos serviços.
- (C) não incidirá sobre prestação de serviços para o exterior, nos termos de lei complementar.
- (D) será progressivo, de forma a assegurar o cumprimento da função social.

23. Sobre obrigação e crédito tributários, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o entendimento do STJ, a prescrição do crédito tributário sujeito a lançamento por homologação, é de 10 anos (tese dos cinco mais cinco).
- (B) Obrigação tributária e crédito tributário são conceitos distintos, configurando-se o crédito somente em razão do inadimplemento da obrigação tributária.
- (C) São elementos da obrigação tributária: sujeito ativo, sujeito passivo, objeto, causa e finalidade.
- (D) Segundo o entendimento do STJ, podem ser legitimadas para figurar como sujeito ativo da obrigação tributária pessoas jurídicas de direito público – entes tributantes e entidades parafiscais – e pessoas jurídicas de direito privado.

24. Em relação à Dívida Ativa da Fazenda Pública, nos termos da Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22 de setembro e 1980), assinale a alternativa correta.

- (A) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- (B) Qualquer valor, independentemente de sua origem, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e suas entidades autárquicas, fundacionais e empresariais, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- (C) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e não pode ser ilidida na execução fiscal, ainda que por prova inequívoca.
- (D) Até a decisão de segunda instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

25. A União entregará:

- (A) 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, aos Municípios, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III.
- (B) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados ao Fundo de Participação dos Municípios.
- (C) 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- (D) 24,5% (vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados ao Fundo de Participação dos Municípios.

DIREITO CIVIL

- 26.** Antunes, com dezesseis anos e um dia, está tendo um imóvel de sua propriedade desapropriado extrajudicialmente pelo Município de Fortaleza, tudo em conformidade com a legislação civil. Sobre a questão da menoridade e considerando a correção do negócio jurídico, pode-se afirmar em conformidade com o Código Civil que a menoridade cessa:
- (A) com a desapropriação, face o decreto de utilidade pública.
 - (B) pela concessão dos pais, dependente de homologação judicial, se o mesmo tiver dezesseis anos completos.
 - (C) pelo exercício de emprego público efetivo.
 - (D) pela colação de grau em curso de ensino médio, desde que o menor tenha pelo menos dezesseis anos.
- 27.** O Município de Fortaleza constitui uma pessoa jurídica de direito público interno, cuja espécie é semelhante, tendo por base o Código Civil vigente:
- (A) às Autarquias.
 - (B) aos Estados estrangeiros.
 - (C) às associações públicas, como os partidos políticos.
 - (D) às organizações religiosas, sem fins lucrativos.
- 28.** Considere o instituto da prescrição. É correto afirmar que:
- (A) a prescrição é irrenunciável.
 - (B) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
 - (C) a prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
 - (D) corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- 29.** Ao considerar que Silvio e Antônio devem a quantia de R\$100,00 a Aline e a Lícia e que, vencida a dívida, Aline, isoladamente, acionou Silvio para a cobrança. Nessa situação, Aline teria direito a cobrar:
- (A) 100% da dívida, pois a obrigação é indivisível.
 - (B) 100% da dívida, pois a obrigação presume-se solidária.
 - (C) 50% da dívida, pois a obrigação é divisível e existe pluralidade de credores e devedores.
 - (D) 25% da dívida, pois a obrigação é divisível e existe pluralidade de credores e devedores.
- 30.** Ao tratar dos efeitos da inadimplência da relação obrigacional civil, o Código Civil estabeleceu que:
- (A) a cláusula penal pode ser do tipo moratório, não cabendo estipulação em contrário, e representa uma estimativa das perdas e danos que deverão ser pagas pelo devedor no caso de descumprimento total do contrato.
 - (B) a cláusula penal não pode ser revista, a não ser em caso de cumprimento parcial.
 - (C) os juros moratórios serão devidos independentes de fixação ou estipulação prévia pelas partes.
 - (D) as arras penitenciais se confundem com a cláusula penal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 31.** Sobre jurisdição e ação no Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa verdadeira.
- (A) O Código de Processo Civil admite ações meramente declaratórias, exceto nos casos em que tenha havido violação de direito.
 - (B) Caso tenha havido substituição processual, o substituído não pode mais intervir no processo, nem como litisconsorte nem como assistente litisconsorcial.
 - (C) O elemento essencial para que se postule em juízo é o interesse, do qual se pressupõe a legitimidade.
 - (D) O interesse do autor pode se limitar à declaração de autenticidade de um documento.
- 32.** De acordo com o CPC, são deveres das partes e dos seus procuradores:
- (A) não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à defesa do direito, exceto aqueles permitidos pela Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) expor os fatos em juízo de modo a não prejudicar o seu cliente.
 - (C) cumprir com exatidão as decisões judiciais e não criar embaraço à sua efetivação, devendo o juiz advertir que a conduta pode ser punida.
 - (D) usar todos os meios legais para defender direito, ainda que pontualmente se utilizem argumentos destituídos de fundamento jurídico.
- 33. NÃO** será considerado litigante de má-fé quem:
- (A) usar processo para conseguir objetivo imoral ou atentatório aos bons costumes.
 - (B) proceder de modo meramente temerário em incidente processual.
 - (C) deduzir pretensão contra fato incontroverso.
 - (D) opuser resistência injustificada ao andamento do processo.
- 34.** Sobre os honorários advocatícios, indique a opção correta.
- (A) Não serão devidos honorários em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, exceto se a sentença não tiver sido impugnada.
 - (B) Os honorários, fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, não precisam atender os gastos dos advogados com o processo nem o lugar de prestação do serviço.
 - (C) Havendo transação e nada dispondo as partes quanto às despesas com custas processuais, haverá divisão igualitária em todos os momentos, inclusive se a transação ocorrer antes da sentença.
 - (D) Nos casos de assistência, caso o assistido seja vencido, ele deverá arcar com o pagamento das custas, não cabendo ao assistente o pagamento dessas despesas.

- 35.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz, deve o oficial de justiça imediatamente citá-lo na pessoa do seu representante legal, em respeito à celeridade processual.
 - (B) Nos casos de condomínios edilícios com controle de acesso, é plenamente possível a entrega do mandado de citação ao porteiro responsável, que não poderá se recusar a recebê-lo.
 - (C) Segundo o CPC, são exceções à citação feita pelo correio os casos em que o citando for incapaz ou quando o autor, justificadamente, requerer outra forma de citação.
 - (D) A citação dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público sempre será feita perante a chefia da Procuradoria-Geral do Município.
- 36.** Sobre intimações e nulidades, marque a alternativa verdadeira.
- (A) As intimações realizam-se, sempre que possível, de forma pessoal, ressalvados os casos em que a lei determinar que sejam eletrônicas.
 - (B) A nulidade somente poderá ser decretada depois de intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
 - (C) As partes têm até o momento da sentença para alegarem a nulidade dos atos praticados no processo, sob pena de preclusão.
 - (D) Por ferirem preceitos de ordem pública, os atos declarados nulos pelo juiz não devem ser aproveitados e devem ser repetidos, em regra.
- 37. NÃO** é causa de suspensão do processo:
- (A) quando a sentença de mérito tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente.
 - (B) convenção das partes.
 - (C) parto ou concessão de adoção por advogada responsável pelo processo, salvo se ela for a única patrona da causa.
 - (D) perda de capacidade processual de procurador das partes.
- 38.** Indique a alternativa correta.
- (A) Será indeferida a petição inicial sempre que estiverem ausentes informações sobre nome, prenome, endereço eletrônico, domicílio e residência do réu.
 - (B) Permitem-se pedidos subsidiários, alternativos e cumulativos contra o mesmo réu, desde que todos sejam compatíveis entre si.
 - (C) Aditamentos ou mesmo alterações do pedido e da causa de pedir são permitidos até o saneamento do processo, desde que haja consentimento do réu e que se respeite o contraditório.
 - (D) Para fins de litispendência, consideram-se idênticas as ações que tenham as mesmas partes e os mesmos pedidos, incumbindo ao réu, antes de discutir o mérito, alegá-la.
- 39. NÃO** haverá resolução de mérito quando o juiz:
- (A) decidir de ofício sobre a ocorrência de prescrição.
 - (B) homologar a desistência da ação.
 - (C) homologar a renúncia à pretensão formulada na reconvenção.
 - (D) reconhecer o abandono da causa pelo autor por mais de 15 (quinze) dias.
- 40.** De acordo com o art. 502 do CPC, “Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”. Sobre o tema, indique a opção verdadeira.
- (A) A sentença faz coisa julgada entre as partes, mas pode prejudicar terceiros.
 - (B) Se for fundamento da sentença, a verdade dos fatos pode fazer coisa julgada.
 - (C) Questão prejudicial decidida incidentalmente no processo pode fazer coisa julgada se tiver havido contraditório efetivo, mesmo nos casos de revelia.
 - (D) Veda-se à parte discutir no processo questões que já tenham sido decididas e sobre elas tenha operado preclusão.

PROVA SUBJETIVA – QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Indique e descreva as entidades que compõem a Administração Pública Indireta.

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Considerando o regramento do Novo Código de Processo Civil sobre a matéria e as doutrinas majoritárias, disserte sobre as diferentes espécies de tutela de urgência. Enumere suas principais características, diferencie-as e explique no que diferem da tutela de evidência.

FOLHA DE RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

FOLHA DE RASCUNHO

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	